

LEI N° 903, DE 27 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo de São Sebastião do Oeste, institui o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo.

O Prefeito Municipal de São Sebastião do Oeste, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1.º-** Esta lei estabelece normas sobre a Política Municipal de Turismo, define as atribuições do Município no planejamento, desenvolvimento e fomento ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos.
- **Art. 2.º-** Para os fins desta lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas ou grupos de pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, com finalidade de lazer, negócios e outras.

**Parágrafo único.** As viagens e estadas de que trata o *caput* deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas.

**Art. 3.º-** Caberá à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo implementar a Política Municipal de Turismo, planejar, fomentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito municipal, regional, nacional e internacional.

**Parágrafo único.** A gestão municipal se comprometerá em incluir o município nos projetos de desenvolvimento turísticos, entre eles o Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, em parceria com a Secretaria Estadual e as Instâncias de Governança Regional.

### CAPÍTULO II DA POLÍTICA, DO PLANO E DO SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO

Praca Padro Altamiro de Faria 178 — Centro — São Sebastião do Oeste - MG



### SEÇÃO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 4.º- A Política Municipal de Turismo é a estabelecida nesta lei, seguindo as diretrizes, metas e programas definidos pela Lei Geral do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e seu Plano Nacional, bem como pelo Conselho Estadual de Turismo de Minas Gerais e sua política estadual.

**Parágrafo único.** A Política Municipal de Turismo obedecerá aos princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização e do desenvolvimento econômico e social justo e sustentável.

#### Art. 5.º- A Política Municipal de Turismo tem por objetivos:

- I democratizar o acesso da população local e dos visitantes aos pontos turísticos do Município, envolvendo as instâncias públicas, privadas e a sociedade civil, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;
- II promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda, reduzindo as disparidades sociais;
- III apoiar o desenvolvimento do produto turístico, por meio da mobilização e sensibilização da comunidade, como ainda, através de políticas de incentivo ao setor privado voltado para tais atividades;
- IV buscar ampliar o fluxo turístico, a permanência e o gasto médio dos visitantes no Município;
- V estimular a criação e a consolidação de produtos turísticos como destino indutor, com vistas a atrair turistas regionais, nacionais e internacionais, buscando beneficiar o Município, especialmente, no desenvolvimento econômico e social;
- VI promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento de infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico, estimulando novos empreendimentos e negócios para o turismo;



VII - propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços, da busca da originalidade, da inovação e

do aumento da produtividade dos agentes públicos e empreendedores turísticos privados;

VIII - dimensionar e fiscalizar a capacidade de público nos atrativos naturais e

culturais;

IX - promover a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação

continuada de recursos humanos para a área do turismo, bem como a implantação de

políticas que viabilizem a colocação profissional no mercado de trabalho;

X - contribuir para o alcance da política tributária equânime no Município relativa

aos diversos componentes da cadeia produtiva do turismo, favorecendo a competitividade

do destino;

XI - apoiar, de acordo com políticas públicas existentes e daquelas que vierem a

existir, empreendimentos destinados a atividades de expressão cultural, animação turística,

entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento

do tempo de permanência dos visitantes no Município, sejam eles de lazer ou de negócios;

XII - apoiar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a

atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de

condutas e práticas de mínimo impacto, compatíveis com a conservação do meio ambiente

natural;

XIII - preservar a identidade e as tradições culturais das comunidades locais

relacionadas com a atividade turística;

XIV - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de

natureza moral, sexual, religiosa, racial, ambiental e outras que afetem a dignidade

humana, respeitando-se as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

XV - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;

XVI - garantir a constante atualização do inventário da oferta turística municipal e a

sua permanente atualização, bem como realizar pesquisas de demanda turísticas periódicas.



XVII – planejar, implementar e fomentar políticas turísticas;

- XVIII promover o desenvolvimento sustentável da economia vinculada às atividades turísticas;
- XIX promover ações visando o diálogo intersetorial entre o Poder Privado, a Sociedade Civil e o Poder Público;
- XX desenvolver projetos e ações que contribuem para a divulgação do município no que tange ao seu produto turístico, histórico, cultural;
  - XXI manter viva as tradições, culturas e raízes das origens nossa sociedade;
- XXII manter o município integrante das políticas públicas que rege o desenvolvimento turístico a nível regional, estadual e nacional.

### SEÇÃO II

#### DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO

- Art. 6.º- O Plano Municipal de Turismo do Município de São Sebastião do Oeste/MG, tem duração de quatro (04) anos e será elaborado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo e pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), valendo-se de equipe técnica especializada, para permitir maior flexibilidade ao Município na elaboração, com o objetivo de ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Município e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados, com o intuito de promover:
  - I a boa imagem do produto turístico do Município perante o mercado;
  - II a permanência do visitante no Município;
  - III a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural;
  - IV a mitigação dos passivos socioambientais provocados pela atividade turística;
- V o estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais, protegidas ou não;



VI - a orientação às ações do setor privado para planejar e executar suas atividades;

VII - a informação da sociedade e do cidadão sobre a importância econômica e social do turismo;

VIII – o desenvolvimento do turismo como fonte de oportunidades econômicas e de estímulos à cadeia produtiva, buscando atingir o máximo de segmentos viáveis para estímulo à prática do turismo;

IX – a criação de mecanismos visando a sustentabilidade do sistema turístico no
 Município e a diversidade de atividades e empreendimentos;

**Parágrafo único.** O Plano Municipal de Turismo terá suas metas e programas revistos e reavaliados a cada quatro (04) anos, de forma participativa, em consonância com o plano plurianual, ou quando necessário observado o interesse público.

#### SEÇÃO III DO SISTEMA MUNICIPAL DE TURISMO

### SUBSEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

- **Art. 7.º-** Fica instituído o Sistema Municipal de Turismo, composto pelos seguintes órgãos:
- I Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo órgão central do sistema, no âmbito de sua atuação, à qual caberá a coordenação e a execução dos programas de desenvolvimento do turismo;
- II Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), órgão colegiado de assessoramento, vinculado à Secretaria Municipal, de caráter consultivo, deliberativo, de cooperação governamental e fiscalizador, que tem por finalidade propor diretrizes, contribuir para a formulação da Política Municipal de Turismo, bem como acompanhar sua implementação, com vistas ao desenvolvimento do turismo no Município, em todas as suas modalidades.

### **SUBSEÇÃO II**

Praca Padre Altamiro de Faria 178 — Centro — São Sebastião do Oeste - MG



DOS OBJETIVOS

- **Art. 8.º-** O Sistema Municipal de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas, de forma sustentável, por meio da integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo, de modo a:
  - I atingir as metas do Plano Municipal de Turismo;
- II estimular a integração dos diversos segmentos do setor, atuando em regime de cooperação com os órgãos públicos, entidades de classe e associações representativas voltadas à atividade turística;
  - III promover a integração do turismo em âmbito regional;
- IV promover a melhoria da qualidade dos serviços turísticos prestados no Município.
- **Parágrafo único.** Os órgãos que compõem o Sistema Municipal de Turismo, observadas as respectivas áreas de competência, deverão orientar-se, ainda, no sentido de:
- I definir os critérios que permitam caracterizar as atividades turísticas e conferir homogeneidade à terminologia específica do setor;
- II promover os levantamentos necessários ao inventário da oferta turística do Município e ao estudo da demanda turística, com vistas a estabelecer parâmetros que orientem a elaboração e a execução do Plano Municipal de Turismo;
- III articular, com os órgãos competentes, a promoção, o planejamento e a execução de obras de infraestrutura e acesso, tendo em vista o seu aproveitamento para finalidades turísticas;
- IV propor aos órgãos competentes o tombamento e a desapropriação por interesse social, de bens móveis e imóveis, monumentos naturais, sítios ou paisagens, cuja conservação seja de interesse público, dado o seu valor cultural e de potencial turístico;

Praca Padre Altamiro de Faria 178 — Centro — São Sebastião do Oeste - MG



- V propor aos órgãos ambientais competentes a criação de unidades de conservação, considerando áreas de interesse turístico;
- VI implantar sinalização turística de caráter informativo, interpretativo, educativo e, quando necessário, restritivo;
- VII garantir a integração dos diversos órgãos, entidades e empresas públicas para o funcionamento dos espaços de eventos e outras atividades turísticas.

### CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO DE DECISÕES E AÇÕES NO PLANO MUNICIPAL

### SEÇÃO I DAS AÇÕES, DOS PLANOS E DOS PROGRAMAS

**Art. 9.º-** O poder público municipal promoverá o desenvolvimento uniforme e orgânico da atividade turística, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, mediante programas e projetos consoantes com a Política Municipal de Turismo e demais políticas pertinentes, mantendo a devida conformidade com as metas fixadas no Plano Municipal de Turismo.

#### SECÃO II

### DO SUPORTE FINANCEIRO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS

- **Art. 10.** O suporte orçamentário e financeiro ao setor turístico será viabilizado por meio dos seguintes mecanismos operacionais de canalização de recursos:
- I Lei Orçamentária Anual (LOA), por meio dos recursos consignados nos diversos programas de trabalho do setor turístico;
  - II dotações orçamentárias consignadas para o Fundo Municipal de Turismo;
- III doações que sejam realizadas para desenvolvimento de atividades vinculadas ao turismo, no Município;

\_\_\_\_\_



 IV – transferências financeiras que sejam realizadas por quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, a favor do Fundo Municipal de Turismo;

V- outra receitas, recursos ou bens que sejam atribuídos ao Fundo Municipal de Turismo.

### CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

- Art. 11. O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) é órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, nos termos do art. 180 da Constituição Federal, instituído por esta lei e regulamentado por Decreto do Executivo Municipal, cuja premissa é promover o crescimento ordenado e incentivar o desenvolvimento sustentável do Município através da atividade turística, considerando os aspectos ambientais, econômicos, socioculturais e político-institucionais.
- **Art. 12.** O Conselho Municipal de Turismo atuará, também, na consultoria para o desenvolvimento de políticas de marketing turístico e para a coordenação dos programas de turismo do Município, juntamente com as organizações promocionais da área do setor privado.
  - Art. 13. O Conselho Municipal de Turismo tem por finalidades:
- I Programar e executar amplos debates sobre os temas de interesse turístico para a cidade e região;
- II Diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico e orientar sua melhor divulgação;
- III Formalizar diretrizes básicas que serão observadas na política municipal de turismo seguindo as diretrizes expostas pelo Sistema Nacional de Turismo;
- IV Propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que possam dificultar as atividades de turismo;



V - Desenvolver programas e projetos de interesse turístico com o objetivo de incrementar o fluxo de turistas para o Município, gerando crescimento da oferta de trabalho, melhor distribuição de renda com redução nas disparidades socioeconômicas do Município;

VI - Estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de prover a infraestrutura adequada ao desenvolvimento do turismo;

VII - Promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo de forma democrática, a fim de propiciar o acesso a todas as camadas da população, contribuindo para a elevação do bem estar em geral;

VIII- Apoiar a Prefeitura Municipal na realização de eventos, feiras, congressos, seminários e outros eventos de relevância para o turismo;

IX - Elaborar e aprovar o regimento interno;

X - Coordenar, incentivar e ampliar o gasto médio dos turistas mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico local;

XI - Zelar para que o desenvolvimento das atividades turísticas no Município se faça sob a égide da sustentabilidade ambiental, social e cultural;

Art. 14. O Conselho Municipal de Turismo será composto da seguinte forma:

I - Plenária;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

§ 1.º- A Plenária é o órgão superior de deliberação e decisão, do Conselho Municipal de Turismo de São Sebastião do Oeste.

§ 2.º- Integram a Presidência: o Presidente e o Vice-presidente do Conselho.



- § 3.º- A Secretaria Executiva é o órgão de suporte administrativo do Conselho.
- Art. 15. O Conselho Municipal de Turismo, será composto de seis (06) membros titulares e mesmo número de suplentes, temporários, que tenham interesse pelo desenvolvimento e o fomento do turismo no Município de São Sebastião do Oeste.
- § 1.º- A nomeação dos membros efetivos e suplentes, do Conselho Municipal de Turismo dar-se-á pelo Prefeito Municipal, mediante edição de Decreto.
- § 2.º- O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, o qual será exercido gratuitamente, sendo suas funções consideradas como prestação de relevantes serviços à municipalidade, podendo ser reconduzidos por igual período.
- § 3.º- As normas complementares relativas ao funcionamento do Conselho Municipal de Turismo de São Sebastião do Oeste serão estabelecidas em Decreto a ser editado pelo Poder Executivo Municipal.
  - Art. 16. As cadeiras representativas do conselho serão:
  - I 1 (um) representante da Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo;
  - II − 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;
  - III 1 (um) Representante da Secretaria de Educação;
  - IV- 1 (um) Representante dos Equipamentos Turísticos;
  - V 1 (um) Representante dos movimentos culturais e artísticos;
  - VI- 1 (um) Representante da ACIASSO.

### CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 17. Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), de natureza contábil, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, instrumento de captação e aplicação de recursos, que



tem por objetivo o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pela entidade municipal como de interesse turístico.

Parágrafo único. Os planos, projetos, ações e empreendimentos de que trata o caput deste artigo deverão estar abrangidos pelos objetivos da Política Municipal de Turismo, bem como ser consonantes com as metas traçadas no Plano Municipal de Turismo.

#### **Art. 18.** O FUMTUR destina-se a custear as despesas relativas:

- I ao fomento das atividades relacionadas ao turismo no Município, visando criar alternativas de geração de emprego, melhoria de renda e qualidade de vida da população de São Sebastião do Oeste /MG;
  - II à melhoria da infraestrutura turística;
- III ao incentivo à divulgação e promoção do Município e de seus produtos turísticos;
  - IV ao treinamento e capacitação de profissionais vinculados ao turismo;
- V à atração, captação e promoção de eventos de interesse turístico para o
  Município, sendo tais eventos de natureza empresarial, artística, esportiva, social e outros
  concernentes à demanda de negócios, cultura e lazer;
  - VI à manutenção e criação de novos serviços de apoio ao turismo no Município;
  - VII Contratação de assessoria e consultoria especialização;
  - VIII Parceria com instância de governança regional de turismo;
- IX- aquisição de bens móveis ou imóveis, material permanente e de consumo, destinados a instalação ou desenvolvimento de atividades turísticas;
- X custeio de despesas de viagens dos integrantes do Sistema Municipal de Turismo;



- XI contratação de mídias, anúncios e confecção de material de folheteria e distribuição para a rede da cadeia produtiva e de prestação de serviços de apoio ao turismo no Município;
  - XII Outras despesas que desenvolvam a atividade turística aqui não mencionadas.

#### **Art. 19.** Constituem recursos do FUMTUR:

- I valor integral dos repasses recebidos pelo Município a título de ICMS Turístico,
  com transferência direta para a conta do Fundo;
  - II recursos orçamentários e créditos adicionais destinados pelo Município;
- III contribuições, transferências de pessoa física ou jurídica, instituição pública ou privada, subvenções, repasses e donativos em bens ou espécies;
- IV recursos oriundos de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- V patrocínio e apoio de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, destinados a promoções, eventos, campanhas publicitárias e projetos especiais no âmbito do turismo;
- VI receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais, para eventos de cunho turístico e de negócios;
- VII rendas provenientes da cobrança de ingressos e receitas, promovidas por ações dos gestores do Sistema Municipal de Turismo;
- VIII demais receitas decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;
- IX disponibilidades monetárias em depósitos bancários ou em caixa, oriundas de receitas especificadas;
  - X direitos que vierem a se constituir;

Praca Padro Altamiro de Faria 178 — Centro — São Sebastião do Oeste - MG



XI - bens móveis e imóveis adquiridos ou provenientes de doação, destinados à execução das ações e serviços turísticos de abrangência municipal;

XII – restituição do saldo final de projetos;

XIII – outras rendas eventuais.

- § 1.º- As receitas e recursos do Fundo Municipal de Turismo serão depositados em conta especial, em instituição financeira idônea, em nome do município de São Sebastião do Oeste/MG, de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltados ao turismo.
- § 2.º- Compete à Secretaria Municipal de Cultura, lazer e Turismo a gestão, ordenação, movimentação e aplicação dos recursos do FUMTUR.
- § 3.º- O COMTUR poderá sugerir ações prioritárias para atendimento com recursos do FUMTUR.
- § 4.º- O inventário dos bens e direitos vinculados ao FUMTUR, que pertençam ao Município, será processado anualmente.
- **Art. 20.** O saldo não utilizado pelo FUMTUR será transferido para o próximo exercício, a seu crédito.

### CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 21.** Demais competências, organização e normas sobre o funcionamento do COMTUR e/ou do FUMTUR, serão definidos em ato do Executivo Municipal.
- **Art. 22** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei n.º 729 de 24 e junho de 2019.

Rômulo Roncally Beirigo Prefeito Municipal